

EDITAL


Regimento da Câmara Municipal de Ponte de Lima

____VICTOR MANUEL ALVES MENDES, NA QUALIDADE DE
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA, nos termos do
disposto no artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **FAZ
PÚBLICO QUE**, a Câmara Municipal de Ponte de Lima, na reunião ordinária de
27 de outubro de 2017, deliberou por unanimidade, aprovar o Regimento anexo
ao presente Edital. _____

_____ Para constar se lavrou o presente edital e outros de igual teor, que
vão ser afixados nos lugares públicos do costume e no site www.cm-pontedelima.pt. _____

_____ Paços do Concelho de Ponte de Lima, 27 de outubro de 2017. _____

O Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima,



Victor Mendes (Eng.º)

REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

O Regimento da Câmara Municipal de Ponte de Lima foi elaborado de acordo com a alínea a) do artigo 39º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 1º

Reuniões da Câmara

1. As reuniões da Câmara realizam-se habitualmente no Salão Nobre dos Paços do Concelho, podendo realizar-se noutros locais por proposta da Câmara Municipal.
2. As reuniões da Câmara são ordinárias ou extraordinárias.
3. A última reunião ordinária de cada mês é pública.
4. Os responsáveis pelos diversos serviços deverão estar presentes nas reuniões da Câmara, por convocação do Presidente, para prestar os esclarecimentos necessários.

Artigo 2º

Presidente da Câmara

1. Cabe ao Presidente da Câmara, além de outras funções que lhe estejam atribuídas, organizar e distribuir a Ordem do Dia, convocar, abrir e encerrar as reuniões, dirigir os trabalhos e assegurar o cumprimento das leis e a regularidade das deliberações.
2. O Presidente da Câmara pode, ainda, suspender ou encerrar antecipadamente as reuniões, quando circunstâncias excecionais o justifiquem, mediante decisão fundamentada, a incluir na ata da reunião.
3. Na falta ou impedimento do Presidente, dirigirá a reunião o Vice-Presidente ou, na sua falta, o Vereador que ocupe o lugar imediato na lista em que foi eleito o Presidente.

Artigo 3º

Reuniões Ordinárias

1. As reuniões ordinárias terão periodicidade quinzenal, realizando-se, por norma, às segundas-feiras, que não coincidam com a feira quinzenal de Ponte de Lima com início às 15 horas.
2. Quando a data assim determinada coincidir com dia feriado, a reunião transferir-se-á para o primeiro dia útil imediato, exceto se a Câmara Municipal deliberar de modo diferente na reunião imediatamente anterior.

Artigo 4º

Reuniões extraordinárias

1. As reuniões extraordinárias são convocadas pelo Presidente, por sua iniciativa ou por solicitação de pelo menos três membros, mediante requerimento escrito que indique os assuntos a serem tratados.
2. As reuniões extraordinárias são convocadas com, pelo menos, dois dias úteis de antecedência, sendo comunicadas a todos os membros por edital e através de protocolo.

3. O Presidente convocará a reunião para um dos oito dias subsequentes à receção do requerimento referido no n.º 1 deste artigo.
4. Da convocatória devem constar, de forma expressa e especificada, os assuntos a tratar na reunião, só podendo a Câmara deliberar sobre os mesmos.

Artigo 5º

Ordem do dia

1. Ao estabelecer a Ordem do Dia de cada reunião, o Presidente deve incluir os assuntos que para esse fim lhe foram indicados por qualquer Vereador, desde que sejam da competência da Câmara Municipal e o pedido seja apresentado por escrito com a antecedência mínima de:
 - a) Cinco dias úteis sobre a data da reunião, no caso das reuniões ordinárias;
 - b) Oito dias úteis sobre a data da reunião, no caso das reuniões extraordinárias.
2. A Ordem do Dia de cada reunião deve ser entregue a todos os Vereadores com a antecedência de, pelo menos, dois dias úteis sobre a data da reunião.
3. A partir do dia em que for entregue a ordem de trabalhos, com a antecedência legal de 2 dias úteis, relativamente à data do início da reunião, todos os processos respeitantes aos assuntos incluídos na mesma poderão ser consultados no Gabinete do Secretário das reuniões, ou no local por este indicado.
4. Os Serviços só poderão agendar assuntos que tenham prévio despacho do Presidente para o seu agendamento.

Artigo 6º

Quórum

1. A Câmara Municipal só pode deliberar quando esteja presente a maioria do número legal dos seus membros.
2. Se uma hora após o previsto para o início da reunião, não estiver presente a maioria referida no número anterior, considera-se que não há quórum, devendo, desde logo, proceder-se ao registo das presenças, à marcação das faltas e à elaboração da ata.
3. Quando a Câmara Municipal não possa reunir por falta de quórum, o Presidente ou o seu substituto legal designará outro dia para nova reunião, que terá a mesma natureza da anterior e será convocada nos termos previstos neste Regimento.

Artigo 7º

Períodos das reuniões

1. Em cada reunião ordinária há um período de “Antes da Ordem do Dia” e um período de “Ordem do Dia”.
2. Na última reunião ordinária do mês haverá, no final da “Ordem do Dia”, um período de “Intervenção do Público”.
3. Nas reuniões extraordinárias, apenas terá lugar o período de “Ordem do Dia”.

Artigo 8º

Período Antes da ordem do Dia

1. O período de “Antes da Ordem do Dia” tem a duração máxima de sessenta minutos.
2. A cada Vereador será atribuído um período de oito minutos para exercerem o seu direito de intervenção para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico.
3. Os Vereadores da Câmara Municipal interessados em usar da palavra deverão indicá-lo ao Presidente logo que seja declarada aberta a reunião.
4. Poderá haver cedências de tempo entre os Vereadores.

Artigo 9º

Período de “Intervenção do Público”

1. O período de “Intervenção do Público” decorre no final da “Ordem do Dia” e tem a duração máxima de trinta minutos.
2. Os cidadãos interessados em intervir terão de fazer a sua inscrição no período compreendido entre “Período de Antes da Ordem do Dia” e a “Ordem do Dia”, devendo identificar-se, referindo o seu nome, residência e referência sumária do assunto a tratar.
3. O período de intervenção aberto ao público, referido no n.º 1 deste artigo, será distribuído pelos inscritos, não podendo, porém, exceder cinco minutos por cidadão.
4. A nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas e as deliberações tomadas, conforme dispõe o artigo 49º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
5. Da ata da reunião, no final, deve constar referência sumária às intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas.

Artigo 10º

Votação

1. As deliberações são tomadas por votação nominal, não contando as abstenções para o apuramento da maioria.
2. O Presidente vota em último lugar.
3. A Câmara Municipal pode deliberar outra forma de votação, caso a caso.
4. Sempre que se realizem eleições ou estejam em causa juízos de valor sobre comportamentos ou de qualidades de qualquer pessoa, as deliberações são tomadas por escrutínio secreto.
5. Em caso de empate na votação, o Presidente tem voto de qualidade, exceto se a votação se tiver efetuado por escrutínio secreto.
6. Havendo empate na votação por escrutínio secreto, procede-se imediatamente a nova votação e, caso o empate se mantenha, adia-se a deliberação para a reunião seguinte. Se na primeira votação dessa reunião se mantiver o empate, proceder-se-á a votação nominal.
7. Não podem estar presentes no momento da discussão ou da votação, os membros do órgão que se encontrem ou se considerem impedidos.

Artigo 11º

Declaração de voto

Finda a votação e anunciado o resultado, poderá qualquer membro da Câmara apresentar a sua declaração de voto e as razões que o justifiquem, a qual deverá ser entregue por escrito, no final da reunião.

Artigo 12º

Faltas

1. As faltas dadas numa reunião deverão ser justificados antes ou até à reunião seguinte àquela em que ocorreram.
2. A marcação das faltas e a apreciação das justificações compete à Câmara Municipal.

Artigo 13º

Atas

1. Será lavrada ata que registe o que de essencial se tiver passado nas reuniões, indicando, designadamente: a data e o local da reunião, as presenças e as faltas verificadas, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas, a forma e o resultado das respetivas votações, bem como o facto de a ata ter sido lida e aprovada.
2. Os membros da Câmara que ficarem vencidos na deliberação podem fazer constar da ata o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem.
3. As atas são aprovadas, sob a forma de minuta, no final de cada reunião, de forma que as deliberações nelas contidas possam produzir efeitos imediatamente, sendo as atas definitivamente aprovadas na reunião seguinte.
4. Para o efeito previsto no número anterior, a ata da sessão anterior será remetida a todos os membros da Câmara Municipal juntamente com a ordem de trabalhos da reunião em que deva ser aprovada.
5. Das atas podem ser passadas, a pedido dos interessados, certidões ou fotocópias autenticadas, nos termos da lei.

Artigo 14º

Entrada em vigor

O Regimento entra em vigor no dia imediatamente a seguir à sua aprovação pela Câmara Municipal.

A Câmara Municipal de Ponte de Lima

